

**PREFEITURA MUNICIPAL DE VACARIA**  
**ATA DE RESPOSTA À PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS 03/2014**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2014**

Aos vinte e três dias do mês de maio do ano de dois mil e quatorze, às oito horas e dez minutos, a Comissão de Licitações, na pessoa de seu presidente Sr. Pregoeiro, Ronerson Bueno, acompanhado dos demais membros, e setores técnicos da Prefeitura Planejamento/Trânsito, reuniram-se para o ato de análise e julgamento dos pedidos de esclarecimentos interpostos pela empresa **ELISEU KOPP & CIA LTDA**, no edital de Pregão Presencial nº 29/2014, referente a locação de equipamentos, serviços de monitoramento e fiscalização eletrônica de velocidade veicular.

a) Quanto aos pedidos de esclarecimentos passaremos a responder abaixo:

1 – Reiteramos, conforme primeira resposta de esclarecimentos que os itens não devem ser desconsiderados, devem ser adequados a cada caso, ou seja, quando se originarem de atestados de pessoas jurídicas privadas devem ser interpretados de uma forma e quando se originarem de atestados de pessoas jurídicas públicas de outra. Quanto ao porte de serviços executados o mesmo relaciona-se com a compatibilidade, são afins;

2 – Quanto ao prazo de manutenção corretiva o mesmo deve ser seguido, pois o Município, através da experiência que detém com os serviços, acha-o razoável, devendo as empresas adequarem-se ao mesmo, além de que o Município e cidadãos não podem ficar a mercê da insegurança quanto a confiabilidade do funcionamento dos mesmos, pois além de preventivos os equipamentos/serviços são corretivos e educativos. A empresa deve possuir um aporte de peças e equipamentos de reposição, como em qualquer licitação, para suprir as necessidades de pronto atendimento dos serviços. Por óbvio que fatos imprevisíveis como caso fortuito ou força maior, poderão ter seu prazo flexibilizados, desde que devidamente comprovados e aceitos pela Administração;

3 – Não, visto que qualquer tecnologia que efetue a "transmissão on-line" das imagens estará atendendo ao edital;

4 – A resposta se adéqua aos dois editais;

5 – Sim, em caso de necessidade de realocação de equipamentos, dentro do estipulado, será suportado pela empresa vencedora do certame.

6 – Caso fortuito ou força maior são eventos que são abrandados por lei, são casos inclusive de extinção de nexos causal, desta forma, desde que cabalmente comprovados, os prazos poderão ser flexibilizados, sem a aplicação de sanções;

7 – O cômputo do prazo iniciará da competente ordem de execução dos serviços conforme edital e minuta de contrato. Novamente, o Município não pode ficar a mercê das empresas, em detrimento da segurança da sociedade, aguardando o início indefinido ou no limite exigido para execução dos serviços, sendo um motivo também de "pressionar" a premente operacionalização;

*Carla Duda*

*[Assinatura]*



8 – As multas estão devidamente adequadas, sendo que para demais atrasos, parciais, temos também as multas do item 10.2.1;

9 – O que a empresa diz, não condiz com a realidade, a minuta do contrato tem como paradigma o edital de Pregão Presencial 29/2014, seguindo-o fielmente. A mesma já foi repassada e, se quiserem, pode ser novamente apresentada, sendo que a mesma está à disposição dos licitantes, no original, no Setor de Licitações;

10 – A contratante não atrasa seus pagamentos e, mesmo assim, salvo caso fortuito ou força maior, caso ocorram atrasos, os mesmos poderão ser atualizados segundo índices oficiais.

11 – Em qualquer licitação do País o entendimento é o mesmo, de que a certidão positiva com efeito de negativa, não obsta a participação do certame. O que impede a participação é a situação positiva. Nesse sentido temos o artigo 206 do CTN:

*“Art. 206. Tem os mesmos efeitos previstos no artigo anterior a certidão de que conste a existência de créditos não vencidos, em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora, ou cuja a exigibilidade esteja suspensa”.*

12 – Este esclarecimento também já foi respondido, a referida multa refere-se às empresas que não regularizarem a documentação referente à LC 123/06, conforme disposição no item 10.3, mas as empresas deverão manter durante toda a execução do contrato, por força da Lei 8.666/93, sob pena de rescisão contratual, além das sanções do item 10, caso não mantenham as condições de habilitação;

13 – Conforme mencionado, não é qualquer defeito que se enquadra em força maior ou caso fortuito, estes devem ser cabalmente demonstrados, sendo que os demais serão sim, descontados conforme item 8.3;

14 - Correto o entendimento, visto que pede para o equipamento apenas uma câmera, portanto leva-se em conta o registro de imagem traseira;

15 - Cabe esclarecer, que o projeto básico foi retificado de “1km/h à 250 km/h” para de 1km/h à 199km/h”, quanto ao atendimento de equipamento que efetue a medição de 10km/h à 250km/h, se atente o presente edital, o mesmo não atende, pois foi retificado o projeto básico, e quanto a medição a partir dos 10km/h, o equipamento deve ser capaz de medir a velocidade desde o 1km/h em diante, visto que nenhum veículo consegue ao ser ligado já sair a 10km/h, sendo que o mesmo passa 1km/h, 2km/h, 3km/h[...] 10km/h;

A íntegra desta ata encontrar-se-á disponível no site do Município, pelo endereço [www.vacaria.rs.gov.br](http://www.vacaria.rs.gov.br). Nada mais havendo a relatar, o Sr. Pregoeiro encerrou a sessão.

